



Ata da Assembléia Geral dos Médicos – 18.10.2006

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e seis, reuniram-se em Assembléia Geral os médicos do Estado de Santa Catarina, conforme lista de presença em anexo, às vinte horas, na sede da Associação Catarinense de Medicina, sito à Rodovia SC 401, Km 4, nº 3854, em Florianópolis, SC, com a seguinte Ordem do Dia: **1. Negociação com o Governo do Estado (Gratificação de Atividade Médica), 2. Negociação com o Grupo UNIDAS.** Compondo a mesa diretiva da Assembléia estavam os Drs. Genoir Simoni (Presidente ACM e Coordenador COSEMESC), Aguiel José Bastian Junior (Vice-Presidente ACM) Anastácio Kotzias Neto (Vice Presidente do CREMESC), João Pedro Carreirão Neto (Presidente SIMESC), César Ferraresi (Diretor do SIMESC) e a Sra. Elizabeth Santos Ribeiro (Secretária designada). Inicialmente fez uso da palavra o Dr. Genoir parabenizando os médicos pelo Dia do Médico e agradecendo a presença de todos para em seguida fazer a leitura do Edital de Convocação e apresentação da Ordem do Dia. Solicitou que fosse feita a leitura da ata da Assembléia anterior, datada de 18 de julho de 2006 pelo Dr. Aguiel, que após lida e discutida, foi aprovada por unanimidade. **Item 1 - Negociação com o Governo do Estado (Gratificação de Atividade Médica):** Dr. Genoir informa que o Governo acatou a proposta de criação da Gratificação de Desempenho e Atividade Médica, devida a todos os médicos, ativos e inativos, no valor de 200% do nível 13, referência A da tabela de vencimentos (Anexo III), Lei Complementar nº 323/2006. Ato contínuo Dr. João Pedro apresenta um histórico das negociações do COSEMESC com a equipe do Governo; informando que a gratificação proposta de 200% sobre o piso, correspondendo ao valor de R\$ 2.400,00 obteve uma contraproposta de que esta gratificação fosse financiada pelo pró-labore, com valor baseado no rateio simples da média de produção dividido pelo número de médicos efetivos, cujo cálculo aproximado em reais seria de R\$ 1.800,00. Houve rejeição da contraproposta considerando estar o valor estimado abaixo do valor solicitado, não havendo acréscimo real de ganho, além das vantagens individuais. A equipe de Governo solicitou do COSEMESC a elaboração de uma proposta de transformação do pró-labore em Gratificação de Desempenho e Atividade Médica, tendo este, apresentado uma proposta reformulada, onde os valores pagos seriam variáveis, dentro de uma pontuação obtida de 60 a 100 pontos, atribuída a cada médico. Todos inicialmente receberiam 60 pontos, equivalentes a R\$ 2.400,00, podendo atingir um máximo de 100 pontos, que equivaleriam a R\$ 4.000,00. Os médicos inativos receberiam 50% do valor estipulado na proposta. Projeto de Lei: *Altera a Lei Complementar 323 de 02 de março de 2006 e dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica – GDPM, e dá outras providências.* **Art. 1º** Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2007, a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica – GDPM, devida aos servidores médicos lotados nas unidades próprias de saúde do Estado. **Art. 2º** A gratificação instituída substituirá a remuneração aditiva prevista na Lei 4643, de 21 de outubro de 1971. **Art. 3º** A gratificação instituída no art. 1º terá como limites: I – máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e II – mínimo, 60 (sessenta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo. § 1º. A distribuição dos pontos e a pontuação atribuída a cada servidor observarão o desempenho institucional e individual. § 2º. A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada unidade ou setor. § 3º. A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições das competências, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais. § 4º. A avaliação deverá ser realizada anualmente e seus efeitos dar-se-ão no mês de janeiro do ano subsequente. § 5º. A pontuação será atribuída em múltiplos de 10. § 6º. Os critérios e procedimentos específicos de atribuição da GDPM serão estabelecidos em ato dos titulares dos órgãos da Administração Pública Estadual. **Art. 4º** A GDPM integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com: I – a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; ou II - o valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses. Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta

Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. **Art. 5º** Até 31 de dezembro de 2007 e até que sejam editados os atos referidos no art. 3º, a GDPM será paga aos servidores médicos ocupantes de cargos efetivos, que a ela fazem jus, nos valores correspondentes a 60 (sessenta) pontos por servidor. **Art. 6º** A GDPM não será devida àqueles que não se encontram no desempenho de atribuições decorrentes da condição de servidor público estadual. **Justificativas:** A GDPM de 60 pontos corresponde ao valor reivindicado pelo COSEMESC e será atribuída a todos em janeiro de 2007. Considerando o custo da remuneração aditiva (pró-labore) atual, haverá impacto financeiro de pouca monta. Haverá distribuição eqüitativa e proporcionará a valorização de servidores e em condições especiais de trabalho. Dr. Genoir explana sobre a reunião que aconteceu na ACM, ontem, dia 17 de outubro de 2006, com o Governador Luiz Henrique da Silveira onde o assunto foi discutido e recebeu seu apoio. Assim hoje, 18 de outubro de 2006, às 17hs foi recebida a proposta do governo. É passada a palavra ao Dr. Aguiel que apresenta na íntegra o ofício recebido da Secretaria de Estado da Saúde, com a seguinte redação: “Com cumprimentos e, conforme entendimentos mantidos com as Secretaria de Coordenação e Articulação e da Administração, referentes às reivindicações apresentadas por esse Conselho, cumpre-nos propor o pagamento da Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), considerando-se como parâmetro o número de 60 (sessenta) pontos, conforme minuta de projeto apresentada, a partir de março de 2007, permanecendo a sistemática atual de pagamento de pró-labore até o mês de fevereiro do mesmo ano. Desta forma, solicitamos sejam desconsiderados os termos do Ofício n.PRCC 6705/065, ao tempo em que reiteramos a manutenção das discussões em torno das reivindicações apresentadas pela representação legítima da categoria médica. Dr. Genoir abre a palavra à plenária para esclarecimentos; Dr. Giuliano Bortoluzzi, de Florianópolis parabeniza o COSEMESC pelo trabalho, mas está descrente quanto ao cumprimento da programação de reajuste anual. Dr. João Pedro argumenta que os reajustes são regulados por Lei, incluindo o PCV. Havendo incorporação da remuneração, seguirá a Lei que reajusta os salários. A gratificação será avaliada anualmente. Dr. Genoir informa que o COSEMESC manterá uma comissão em contato com a Secretaria de Estado da Saúde para a manutenção do acordo. Dr. Genoir abre debates para a votação da proposta. Dr. Cyro sugere que o COSEMESC se posicione primeiro. Dr. Genoir informa que o COSEMESC é favorável à aceitação desta proposta. Após extensivos debates a proposta foi colocada em votação e aprovada com o seguinte resultado: 193 votos a favor, 01 abstenção e nenhum voto contra. **Item 2. Negociação com o Grupo UNIDAS:** Dr. Genoir apresenta a proposta enviada a UNIDAS para renegociação, ainda sem resposta: **Consulta médica** no valor preconizado pela CBHPM vigente (4ª edição) sem banda redutora ou de acréscimo. Valor estabelecido: R\$ 42,00 / Demais honorários de **procedimentos médicos e Unidade de Custo Operacional – UCO** acrescidos dos 2,8% (representando a média anual dos indicadores econômicos) e 10% (a título de ganho real haja vista a insuficiência dos valores acordados por ocasião da última negociação) a serem aplicados sobre os valores ora praticados. Dr. Genoir finaliza a apresentação lembrando da necessidade da união dos médicos frente a UNIDAS. Nada mais havendo a tratar Dr. Genoir faz os encaminhamentos finais agradecendo a presença de todos e eu, Elizabeth Ribeiro, Secretária designada, lavrei a presente ata que será por mim assinada.

Florianópolis, 18 de outubro de 2006.